ANÁLISE DA POLÍTICA PÚBLICA 'PACTO PELA VIDA' EM PERNAMBUCO, EM 2019

Public Policy Analysis 'Pact For Life' In Pernambuco, In 2019

FERREIRA, Leonardo Rodrigues
Universidade Federal de Pernanbuco - UFPE

SANTOS, Sandberg Marcel
Universidade Federal de Pernanbuco - UFPE

Resumo: O presente trabalho apresenta uma análise da politica de segurança pública implantada no estado de Pernambuco no ano de 2007, denominada 'Pacto pela Vida'. Trata-se de um acordo multi-institucional, em que cada organização tem sua função em beneficio da redução da criminalidade no estado. O artigo tem como objetivo analisar a eficiência dessa política pública estadual, tendo sido examinados os dados dos crimes de violência letal intencional em Pernambuco para o período de janeiro a setembro de 2019. A metodologia utilizada foi a avaliação de resultados de políticas públicas do Guia Prático de Análise *Ex Post* do Ministério de Planejamento do Brasil. Foi encontrada como resultado a melhora dos índices para o ano de 2019, tendo em vista o crescente aumento ocorrido a partir do ano de 2008. Outros desfechos que hão de se considerar são o dia de domingo, normalmente o mais violento no período analisado, e o mês de março, o mais violento e quando ocorreu o Carnaval. É importante considerar que vários aspectos, como economia, lazer, cultura, educação, saúde etc, agregados a outros fatores, como a presença forte do estado no combate à violência, podem determinar a redução da criminalidade.

Palavras-chave: criminalidade, violência, Pernambuco.

Abstract: This paper presents an analysis of the public security policy 'Pact for Life', implemented in the state of Pernambuco in 2007. It is a multi-institutional agreement, in which each organization has its role in favor of reducing crime in the state. The paper aims to analyze the efficiency of this public policy. We examined data on intentional lethal violence crimes in Pernambuco from January to September 2019. Adopted methodology was public policy result evaluation per Brazilian Planning Ministry's Practical Guide of Ex Post Analysis. We found there was improvement for 2019, given that this kind of crime has been increasing since 2008. Other relevant information is that Sunday was usually the most violent day for the analyzed period, and that March was the most violent month and when Carnaval took place. It is important to consider that several aspects, such as economy, leisure, culture, education, health etc, in conjunction with other factors, such as Pernambuco's strong action against violence, can cause crime reduction.

Keywords: crime, violence, Pernambuco.

INTRODUÇÃO

De acordo com a publicação do Atlas da Violência (2019), no contexto da violência letal no Brasil para o ano de 2017, houve 65.602 homicídios, equivalente a uma taxa de aproximadamente 31,6 mortes para cada cem mil habitantes. A problemática se torna mais dramática quando se identifica que a violência letal tem como vítima principalmente a população jovem. Em uma melhor compreensão, 59,1% do total de óbitos de homens entre 15 a 19 anos de idade são ocasionados por homicídio. Aliás, os homens e os jovens são as maiores vítimas da violência letal.

O Brasil apresenta altas taxas de criminalidade. Conforme as informações sobre mortalidade em consequência de violência letal, o país apresenta uma evolução dos homicídios por Unidade Federativa (UF) de residência da vítima. Verifica-se grande heterogeneidade nas taxas por 100 mil habitantes, que, em 2017, situaram-se no intervalo entre 10,3 (São Paulo) e 62,8 (Rio Grande do Norte). Em relação à variação das taxas entre 2016 e 2017, quinze UFs apresentaram redução nesse indicador, cinco estados sofreram aumento inferior a 10%, e se observou aumento do número de homicídios acima de 10% em outras sete unidades federativas. É importante frisar que houve crescimento de 4,2% na taxa de homicídios agregada no país (ATLAS DA VIOLÊNCIA, 2019).

Entre os anos de 2016 e 2017, continuou uma progressiva diminuição do número de homicídios em algumas Unidades da Federação, que já apresentavam redução em anos anteriores. No entanto, são importantes algumas observações a nível do nordeste brasileiro. O Ceará foi o estado com maior aumento na taxa de homicídios em 2017, e alcançou um recorde histórico nesse indicador. A unidade da federação de Sergipe, que vinha tendo grande ampliação na taxa de homicídios nos anos anteriores, obteve em 2017 uma baixa de 11,3%. Nesse mesmo ano, o Rio Grande do Norte foi um dos estados com a mais crescente taxa de homicídios (+17,7%). Já Pernambuco apresentou um acréscimo de 21% na taxa de homicídios, estabelecendo uma trajetória de ampliação da violência no estado, que acontece desde 2014, demonstrando o declínio de um dos mais exitosos programas de segurança pública do país, o

Pacto pela Vida (PPV), criado pela gestão do governador Eduardo Campos (ATLAS DA VIOLÊNCIA, 2019).

O Pacto pela Vida foi implantado em 2007, e, de acordo com Sapori (2011), foi instituído como política pública de segurança pela Secretaria de Defesa Social do Governo de Pernambuco. Iniciou com várias estratégias de prevenção ao crime, com objetivo de redução do número de homicídios. Foi responsável pela diminuição de quase 40% das taxas de homicídios no estado, entre janeiro de 2007 e junho de 2013 (Ratton, 2013). Em relação à avaliação da politica e os desdobramentos gerados, foram encontrados alguns poucos trabalhos sobre o assunto, que procuram avaliar os resultados auferidos do Pacto pela Vida sobre os níveis de violência do estado de Pernambuco, principalmente sobre sua taxa de homicídios. O objetivo deste artigo é avaliar a política pública instituída pelo programa 'Pacto pela Vida' e os impactos que ela teve sobre as taxas de homicídios do estado de Pernambuco para o ano de 2019 (SILVEIRA NETO et al., 2013).

O trabalho se justifica pela importância em se avaliar os impactos sociais e econômicos gerados pelo programa, pois se trata da implantação e manutenção de uma política, onde é aportado um alto erário público, que precisa ser constantemente avaliado e planejado no que diz respeito a seu custo e benefício para a população.

Além dessa introdução, o artigo foi organizado em mais quatro seções. Na próxima, é realizada uma sucinta descrição do programa Pacto pela Vida. Nas Seções 3 e 4, apresentam-se, respectivamente, a metodologia empírica utilizada nesta pesquisa e uma análise dos dados obtidos. Os resultados da avaliação são discutidos na Seção 5, e as considerações finais do trabalho são apresentadas na sexta e última seção.

A Política Pública 'Pacto pela Vida'

O Pacto pela Vida é uma política pública de segurança, edificada de maneira pactuada com a sociedade, em constante articulação com o poder judiciário, o ministério público, a assembleia legislativa, os municípios e a união federativa. O seu marco legal foi na construção do Plano Estadual de Segurança Pública (PESP-PE 2007), do qual surgiram 138 projetos duradouros de

prevenção e controle da criminalidade, produzidos pelas câmaras técnicas, conectados em ações e executados por organizações do estado e da sociedade (RATTON et al., 2014).

O Pacto Pela Vida tem o propósito de prevenir e combater os homicídios, mas atua também contra um conjunto de crimes que provocam insegurança da população. Refere-se a uma política pública moldada no monitoramento constante de ações e resultados. O objetivo básico era diminuir em 12% ao ano as taxas de mortalidade violenta intencional em Pernambuco (RATTON et al., 2014). Foi introduzido em Pernambuco em maio de 2007, e tem os seguintes atributos (MACEDO, 2012; RATTON, 2012):

a) a existência de um Comitê Gestor, coordenado pelo Governador do Estado e pelo Secretário de Planejamento, e composto pelos Secretários de Defesa Social, Administração Prisional (Ressocialização), Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, Comandantes das Polícias Civil e Militar, Corpo de Bombeiros, Superintendência de Polícia Científica, representantes do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública, e dirigentes das unidades especializadas das Polícias, bem como coordenadores de programas de prevenção social da criminalidade. O conselho se reúne semanalmente em uma sala de situação, para acompanhar o andamento das taxas de homicídios nas 26 áreas integradas de Segurança do Estado;

b) Recompensa para todos os policiais nas áreas que alcançam diminuição das taxas de homicídios em valores iguais ou superiores à meta anual de 12%, definida pelo Pacto pela Vida;

c) Ramificação do estado em 26 áreas integradas de segurança para conduzir de maneira diferenciada as várias modalidades de homicídios nas distintas regiões de Pernambuco;

d) Formação de prioridades de investimento e atuação. Os focos são as áreas, dentro das áreas integradas, que apresentam altas taxas de homicídios;

e) Estabelecimento de plano policial para a prevenção ao crime, e procedimentos estruturados voltados para a redução do número de homicídios. Tais estratégias são monitoradas semanalmente em cada área integrada de segurança, com o objetivo de apreciar se têm produzido resultado na diminuição do número de crimes.

De acordo com Ratton (2012), a gerência de análise criminal e estatística, integrada à Secretaria de Defesa Social, foi potencializada, assumindo destaque na produção de informação de qualidade, com o objetivo de fomentar a ação da polícia e as técnicas de acompanhamento e gestão da política de segurança, e destinando também transparência ao processo. A sociedade pernambucana pode conferir os números inerentes à violência no estado pelos boletins trimestrais de conjuntura criminal. O momento de consolidação da política trouxe uma percepção de segurança para a coletividade, e seus resultados trouxeram um marco na política de segurança brasileira. O Pacto pela Vida seguiu um aprimoramento contínuo, sob a tutela da Secretaria Estadual de Planejamento e Gestão (SEPLAG), e com participação importante da Secretaria de Defesa Social como uma das políticas mais exitosas de segurança do Brasil, nos dois mandatos do Governador Eduardo Campos (2007/2014) (MACEDO, 2012).

Conforme Ratton (2013), o fato da secretaria de planejamento dirigir a coordenação técnica do comitê gestor demonstra a ação estratégica do governo. O modelo de gestão do PPV apresenta uma dimensão de governança, como elemento de poder, liderança política e gestão. O comitê gestor se apresenta em cinco câmaras técnicas: 1) Defesa Social; 2) Administração Prisional; 3) Articulação com o Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria; 4) Prevenção Social e 5) Enfrentamento ao *Crack*. A solidificação do Pacto pela Vida, associada à capacidade técnica dos gestores, é uma das principais causas para o sucesso dessa política.

Dentre as ações exitosas geradas pelo comitê gestor do PPV ao longo dos anos, pode-se citar: 1) Criação de uma carreira de gestor estadual e a realização de concursos para preencher essas vagas; 2) Elaboração de protocolos e procedimentos obrigatórios de ação integrada entre as polícias, e indicadores de resultados semanais, para cada uma das 26 áreas integradas; 3) Divisão do trabalho policial com a separação do estado em áreas integradas pela gestão da política pública; 4) A territorialização resultou em avanços na identificação dos homicídios, ocasionando a identificação das causas das mortes violentas, que não contêm o mesmo padrão no estado, diferindo entre as zonas integradas. Esse método provocou ação diferenciada das polícias de forma mais

inteligente e inovadora no confronto aos homicídios; 5) A consolidação do Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP) foi fortalecido com recursos materiais e humanos, e obteve a criação de equipes, o que permitiu o aumento da capacidade de investigação de crimes no estado; 6) A constituição de gratificações e benefícios para os policiais que cumprirem a meta nas regiões de sua supervisão. Esse instrumento valoriza e incentiva o servidor público, possibilitando melhores condições na realização de sua atividade na segurança pública; 7) Articulação entre o sistema de justiça criminal, através de uma câmara técnica específica, permitindo articulação das polícias com o ministério público, a Defensoria e o poder Judiciário (RATTON, 2013).

Metodologia

A metodologia utilizada neste trabalho se baseia na análise de políticas públicas, mais precisamente no guia prático de análise *ex post* da Casa Civil da Presidência da República (2018), modelo utilizado pelo ministério do planejamento, desenvolvimento e gestão do governo federal brasileiro.

De acordo com esse guia, a avaliação de uma política pública é acompanhada, obrigatoriamente, por supervisão e análise, ou seja, apreciações qualificadas que gerem resultados confiáveis e proporcionem o aperfeiçoamento de políticas que justifiquem os aportes de recursos. Dessa forma, no âmbito das políticas públicas, essas análises desenvolvem papel necessário no alcance dos objetivos e prioridades do governo. A avaliação *ex post*, proposta por essa metodologia, representa um instrumento indispensável para direcionar a tomada de decisão durante – ou após – a execução de uma política pública. Nesse contexto, desempenha o relevante propósito de apresentar evidências sobre o desempenho da política, apontando se os recursos públicos estão sendo utilizados em concordância com os parâmetros legais (BRASIL, 2018).

O método utilizado para avaliar a política pública do Pacto pela Vida do governo do estado de Pernambuco para o ano de 2019 (janeiro a setembro) será o item 8 (Avaliação de Resultados da Política Pública) do guia prático de análise *ex post*. Esse componente se propõe a avaliar os indicadores de resultados e impactos esperados com a política. Os mecanismos quantitativos e qualitativos investigam o progresso das medidas disponíveis para avaliação da política,

estabelecendo meios de coleta de informações com o público envolvido na execução da política pública. O alcance das metas da política pode ser discutido em uma avaliação dos resultados apresentados pelo levantamento dos elementos que o favorecem ou o desfavorecem. O nível de aprovação dos usuários e formas de melhorar os resultados da política podem ser obtidos por entrevistas com amostras de beneficiários ou com grupos focais (BRASIL, 2018).

A seguir, será detalhado o passo-a-passo para avaliar os resultados da política. Primeiramente, identificam-se os principais resultados esperados da política, que devem ser medidos e avaliados. A próxima etapa é o planejamento da avaliação de resultados, em que são caracterizadas as questões que serão respondidas. É importante formalizar uma pesquisa das informações dispostas sobre os impactos que se quer mensurar, objetivando direcionar o meio de coleta dos dados e de escolha do método de avaliação (BRASIL, 2018).

Determinada a metodologia de avaliação, é fundamental realizar a coleta de informações, e analisá-las de maneira quantitativa ou qualitativa. O mais indicado é utilizar os dois métodos, pois o primeiro demonstra habilidade de sintetização e generalização das informações, enquanto o outro gera uma análise da política contextualizada. Por fim, segue um roteiro das etapas da avaliação de resultados:

1) Identificação dos resultados esperados da política;
2) Planejamento da avaliação de resultados;
3) Definição do método para coleta de informações;
4) Aplicação da metodologia de avaliação;
5) Recomendações.

Na Figura 1, são apresentadas as principais diferenças entre as perspectivas quantitativas e qualitativas da avaliação de políticas públicas, em seus estágios de objetivos, uso e coleta de dados.

Figura 1

Estágio da avaliação	Quantitativo	Qualitativo
Amostra	Amostragem probabilística	Amostra por conveniência (selecionada subjetivamente, conforme o interesse da pesquisa)
Método	Análise estatística	Triangulação (uso simultâneo de percepção, validação e documentação)
Exemplos de perguntas associadas aos métodos de avaliação		
Implementação	Quantos indivíduos estão participando? Quais são as mudanças no desempenho dos indicadores do programa ao longo do tempo? Qual o valor total dos recursos gastos com a política?	Quais são os objetivos das diferentes partes interessadas? Quais são as expectativas e as metas dos participantes? Como os participantes estão experimentando a política pública? Como a política pública muda a maneira como os indivíduos se relacionam? Até que ponto a intervenção é válida, cultural e contextualmente?
Realização	Há uma mudança nos indicadores de resultado? Existem diferenças observáveis e não observáveis entre aqueles que participaram e aqueles que não participaram da política pública? Quais são os determinantes da participação ou dos resultados da política?	Quais efeitos surtiram no grupo social beneficiário e como foram afetados? Quais pontos ressaltam a experiência do participante? Quais são as histórias pessoais dos participantes?

Fonte: (BRASIL, 2018).

Já a Figura 2 continua as principais diferenças entre as abordagens quantitativas e qualitativas, em seus estágios de amostra e método.

Figura 2

Diferenças entre as abordagens quantitativa e qualitativa

Estágio da avaliação	Quantitativo	Qualitativo
Objetivos	Obter conclusões generalizáveis	Entender processos, comportamentos e condições percebidos pelos grupos ou indivíduos estudados
Uso	Mensurar (*quem, o que, quando, como, quanto, quantos, com que frequência*)	Analisar (*como* e *por quê*)
Coleta dos dados	• Entrevistas padronizadas • Questionários pré-determinados • Pesquisas usando perguntas fechadas • Levantamento e análise de documentos escritos e bibliografia sobre o tema	• Entrevistas aprofundadas e abertas • Observação direta e verificação *in loco* • Levantamento e análise de documentos escritos e bibliografia sobre o tema

Fonte: (BRASIL, 2018).

É importante ressaltar que esse método específico de avaliação de políticas públicas, na modalidade “Avaliação de Resultados”, deve seguir a sequência lógica e hierárquica, para evitar erros ou problemas na avaliação, que poderiam ocasionar prejuízos na medição da política.

Análise dos Dados

Crimes Violentos Letais Intencionais no Estado de Pernambuco

A medida 'Crime Violento Letal Intencional' (CVLI) tem como propósito mensurar os homicídios, os latrocínios e as lesões corporais seguidas de mortes ocorridas no estado de Pernambuco. Da mesma forma, fazem parte da composição desse parâmetro os cadáveres e ossadas encontrados a qualquer tempo, além de óbitos resultantes de confrontos policiais (SEPLAG/PE, 2019).

Série Histórica de Crimes Violentos Letais Intencionais entre os Anos de 2016 e 2019

A Figura 3 apresenta o quantitativo, em números absolutos, dos Crimes Violentos Letais Intencionais que ocorreram mensalmente, em Pernambuco, desde o ano de 2016.

Figura 3

Anos	Meses												Total	Média/ dia
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez		
2016	354	308	395	354	319	333	346	363	381	449	406	472	4.480	12,24
2017	478	496	551	514	458	379	446	411	411	432	456	395	5.427	14,87
2018	452	416	369	355	356	336	341	287	319	334	300	307	4.172	11,43
2019	305	276	317	310	296	252	248	275	284	-	-	-	2.563	9,39

Período: Janeiro a Setembro 2019
Fonte: Sistema de Informações Policiais - INFOPOL / Secretaria de Defesa Social - SDS

Fonte: (SEPLAG/PE, 2019).

Conforme esses dados, pode-se observar que, no ano de 2017, houve um aumento correspondente a 947 homicídios, em relação ao ano de 2016, correspondendo, a um aumento de 2,63 mortes na média por dia.

Crimes Violentos Letais Intencionais, em 2019, por Mês e Dia da Semana

A Figura 4 mostra os CVLI para o ano de 2019 (de janeiro a setembro), estratificado pelo dia da semana. Foram quantificados 867 CVLI durante os dias de sábado e domingo, representando 34% das ocorrências realizadas.

Figura 4

Dia da Semana	Meses									
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Total
Dom	47	37	64	38	51	53	32	45	67	**434**
Seg	44	33	43	61	39	34	34	27	39	**354**
Ter	49	46	37	47	33	20	39	34	36	**341**
Qua	50	39	33	32	49	32	35	29	33	**332**
Qui	38	34	35	40	38	24	30	36	29	**304**
Sex	39	40	45	39	44	37	37	45	39	**365**
Sáb	38	47	60	53	42	52	41	59	41	**433**
Total	**305**	**276**	**317**	**310**	**296**	**252**	**248**	**275**	**284**	**2.563**

Período: Janeiro a Setembro 2019
Fonte: Sistema de Informações Policiais - INFOPOL / Secretaria de Defesa Social - SDS

Fonte: (SEPLAG/PE, 2019).

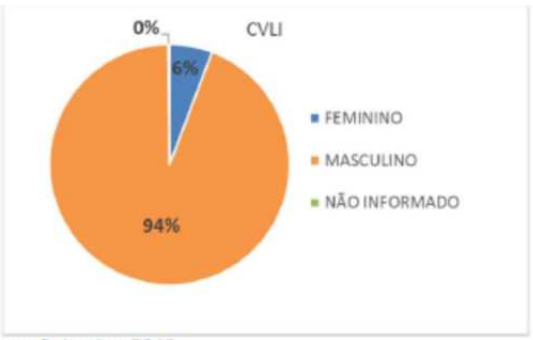
Dos informes apresentados na Figura 4, pode-se extrair também que o domingo foi o dia da semana em que houve mais homicídios para o ano de 2019. Outra observação pertinente é o auge de 64 mortes violentas nos domingos do mês de março.

Crimes violentos letais intencionais, em 2019, por sexo

Conforme a Figura 4, no perpassar do ano de 2019, os CVLI em desabono aos sexos feminino e masculino corresponderam, aproximadamente, a 6% e 94%, respectivamente, de um total de 2.563 vítimas. É relevante registrar que ainda prevalecem, em valores superiores a 90%, os homicídios (mortes violentas) de pessoas do sexo masculino em Pernambuco, mas houve uma redução no número de feminicídio (crime de ódio contra o gênero feminino), de 54 (em 2018) para 41 (em 2019), no mesmo período de janeiro a setembro.

Figura 5

SEXO	CVLI	CVLI (%)
Feminino	148	5,77%
Masculino	2.410	94,03%
Não Informado	5	0,20%
Total	**2.563**	**100,00%**



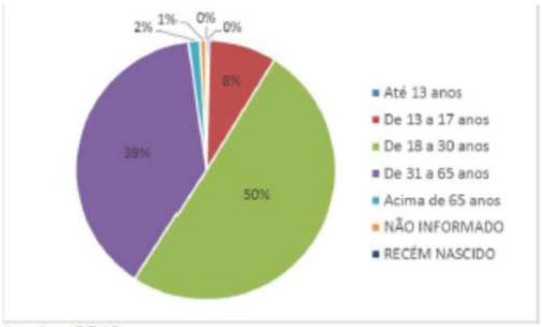
Período: Janeiro a Setembro 2019
Fonte: Gerência de Análise Criminal e Estatística - GACE / Secretaria de Defesa Social - SDS

Crimes Violentos Letais Intencionais, em 2019, por Faixa Etária

Em relação à faixa etária, a maior quantidade registrada de CVLI está entre 18 e 30 anos, quantificando 50% dos casos, conforme a Figura 6.

Figura 6

FAIXA ETÁRIA	QTD
Até 13 anos	10
De 13 a 17 anos	216
De 18 a 30 anos	1.291
De 31 a 65 anos	988
Acima de 65 anos	37
NÃO INFORMADO	19
RECÉM NASCIDO	2
Total	**2.563**



Período: Janeiro a Setembro 2019
Fonte: Gerência de Análise Criminal e Estatística - GACE / Secretaria de Defesa Social – SDS

A Figura 6 mostra ainda que aproximadamente 90% das mortes violentas ocorreram com indivíduos entre 18 e 65 anos. O restante apresenta um quantitativo muito menor, como no caso de crianças até os 13 anos.

Avaliação da Política Pública pela Avaliação de Resultados

Por fim, foi utilizado um roteiro das etapas da avaliação de resultados, para avaliar a política pública 'Pacto pela Vida' em Pernambuco. Os procedimentos, como citados na Seção 3 e explicitados no Quadro 1, foram: a) Identificação dos resultados esperados da política; b) Planejamento da avaliação de resultados; c) Definição do método para coleta de informações; d) Aplicação da metodologia de avaliação; e) Recomendações.

Quadro 1- Avaliação de Resultados: Pacto pela Vida – Pernambuco 2019

Identificação dos resultados esperados da política
A meta proposta pela política pública Pacto pela Vida é de 12% para a redução do número de crimes violentos no estado de Pernambuco. Houve, desde sua criação, principalmente nos primeiros anos, de 2003 até 2008, expressivos avanços. A partir de 2008 até 2018, o governo amargou vários fracassos com a política pública. Em 2019 (janeiro a setembro), houve uma ligeira melhora nos indicadores.
Planejamento da avaliação de resultados
Quando se avaliam os três eixos nos quais os *benchmarks* (processo de comparação) são definidos: - Tempo: Compara a mesma política ao longo do tempo. Quando se faz a comparação, é nítido que o planejamento para alcance das metas precisa ser revisto; - Espaço: Compara a mesma política em diferentes locais. Quando se comparam as políticas de segurança pública em outros estados, é evidente encontrar no Brasil políticas mais exitosas; - Unidade: Compara a política com outras semelhantes. Quando se confronta a política de segurança de Pernambuco com a de outras localidades, em condições equivalentes e com mais êxito, é importante rever os métodos para alcançar as metas.
Definição do método para coleta de informações
Técnicas para a coleta de informações. A informação fornecida pelo Pacto pela Vida se dá através de boletim de indicadores produzidos pela Secretaria de planejamento e gestão do governo do estado de Pernambuco. Porém, de acordo com a avaliação de resultados da política, essa técnica deve seguir um modelo com a seguinte estruturação na coleta de dados: O avaliador deve visitar o local, para entender as ocorrências dos eventos, ou seja, onde a política está em operação, bem como se as pessoas estão reagindo à política, se as ações das políticas estão surtindo efeitos positivos.
Aplicação da metodologia de avaliação
Depois da coleta dos dados, é necessário realizar a análise e a interpretação dos resultados, o que pode ser feito de maneira quantitativa ou qualitativa (Quadro 2).
Recomendações
As evidências são os dados, os fatos e os resultados dos indicadores relacionados às questões de avaliação, que embasam as conclusões sobre o possível sucesso da política e os determinantes desse sucesso.

Fonte: Adaptado de BRASIL (2019).

Quadro 2- Avaliação de Resultados: Aplicação da Metodologia de Avaliação

Estágio da avaliação	Quantitativo	Qualitativo
Objetivos	Obter conclusões generalizáveis. No caso específico da política, faz-se necessário entender a dinâmica sobre a violência segmentada, pois a generalização de forma abrangente não se traduz em resultados.	Com o levantamento das informações detalhadas, é possível realizar uma sub-política (dentro da política) de prevenção.
Uso	Mensurar (quem, o que, quando, como, quanto, quantos, com que frequência). Essas informações referentes à política precisam ser avaliadas com regularidade, pois há uma constante mudança no cenário da segurança pública.	Analisar (como e por quê). É necessário analisar sobre como e por que fazer algo. Toda política deve ser avaliada e reavaliada com frequência.
Coleta de dados	Segundo o modelo, devem ser realizadas entrevistas padronizadas, questionários e pesquisas fechadas. Porém, é importante considerar a peculiaridade da área, pois crimes envolvem questões sociais, culturais e econômicas.	Entrevistas aprofundadas e abertas, observação direta e verificação *in loco*. Essas são as orientações do modelo, mas é preciso considerar outros aspectos para a coleta de dados, como acompanhar famílias em situação de vulnerabilidade, em que a violência é recorrente.
Amostra	Amostragem probabilística. Nessa seleção de observações, é importante eleger os casos ou elementos mais representativos, para demonstrar melhor as evidências da pesquisa.	Amostra por conveniência. Deve estar diretamente associada à melhor representatividade do elemento da observação.
Método	Análise estatística é de suma importância para aferir as informações estratégicas na tomada de decisão pela gestão.	Utilizar a triangulação (uso simultâneo de percepção, validação e documentação) no processo de avaliação da política.

Fonte: Adaptado de BRASIL (2019).

Verificando os Quadros 1 e 2, pode-se auferir várias informações sobre as análises dos informes, pois, quando se trata de segurança pública, deve-se considerar inúmeros indicadores, como a segmentação dos crimes em vários aspectos, a sociologia da violência e da criminalidade, a patologia do homicida, entre outras particularidades que detalham e evidenciam os motivos, razões ou causas da criminalidade no país. É importante destacar que cada lugar tem uma forma individual, ou seja, um modus operandi típico do lugar do crime. Esses detalhes ajudam a entender a problemática da violência.

Considerações Finais

É importante apresentar algumas constatações inferidas da análise de dados: a necessidade do constante investimento na área de segurança pública; a necessidade da integração entre a sociedade civil e o programa, pois, quando os atores não estão integrados ou sistematizados, comprometem a eficácia da política; o acompanhamento das áreas, pessoas e períodos vulneráveis. Para alcançar os resultados propostos, a política deve ter um constante investimento, para contínuas adaptações e nuances pertinentes à área, dado que crimes letais ocorrem de várias maneiras e pelas mais variadas razões, e sucessivas avaliações sobre as ações devem ser efetivadas.

A política pública deve ser revista e reavaliada periodicamente, pois o que pode ser percebido pela avaliação da política é que as ações dos atores governamentais em combate à violência têm apresentando, nos últimos anos, uma grande ineficiência. Isso se deve à ausência reativa da gestão em se adaptar às novas formas de criminalidade.

Por fim, deve-se considerar que ações de combate à violência devem ser planejadas e direcionadas pela conjuntura dos fatos. É de se esperar que, com a análise dos dados apresentados pela violência, o poder público utilize estratégias eficazes para conter a crescente violência, que ocorre por vários fatores, muitas vezes alheios às ações das políticas já estabelecidas.

REFERÊNCIAS

ATLAS DA VIOLÊNCIA. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf> Acesso em: dez. 2019

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Avaliação de Políticas Públicas: **Guia Prático de Análise Ex Ante**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. – Brasília: Ipea, 2018. Vol. 2

MACEDO, A. O. “Polícia, Quando quer, faz!” Análise da Estrutura de Governança do “Pacto Pela Vida” de Pernambuco. **Dissertação de Mestrado**, UNB, 2012.

RATTON, José Luiz. "**Políticas Locais de Prevenção da Violência**." A Segurança Cidadã em Debate (2012).

RATTON, José Luiz; GALVÃO, Clarissa; FERNANDEZ, Michelle. O Pacto pela Vida e a redução de homicídios em Pernambuco. Instituto Igarape, **Artigo Estratégico**, August, 2014.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE PERNAMBUCO – SEPLAG/PE. **Boletim de Indicadores**. 3ª edição 2019 (julho a setembro). Disponível em: < https://drive.expresso.pe.gov.br/s/OlHTejtb9iVMN60> Acesso em: 31 dez. 2019

SILVEIRA NETO, R. M., Ratton, J. L., Menezes, T. A., & MONTEIRO, C. (2013). Avaliação de política pública para redução da violência: o caso do programa Pacto pela Vida do estado de Pernambuco. **ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA**, 41, 1-17.

SOBRE OS AUTORES:

Leonardo Rodrigues Ferreira
Doutorando em Ciência Política – UFPE e professor assistente na UFRPE/UAST.
E-mail para contato: lrferreira.adm@gmail.com

Sandberg Marcel Santos
Doutorando em Ciência Política – UFPE e servidor no IF-SERTÃO – Serra Talhada/PE.
E-mail para contato: sandbergms@gmail.com